

Debate entre Alexandre Duguin e Olavo de Carvalho

Segunda mensagem

OLAVO DE CARVALHO

“Prestad noblemente vuestro auxilio

a los que son los menos

contra los que son los más.”

(José ORTEGA Y GASSET,

Conselho à Juventude Espanhola)

§ 1. Nossas missões respectivas neste debate.....	1
§ 2. Da argumentação à fofoca pura e simples.....	3
§ 3. O Consórcio.....	6
§ 4. Por que o Consórcio deseja o socialismo.....	8
§ 5. De que lado estou.....	13
§ 6. Individualismo e coletivismo.....	14
§ 7. O sentimento de solidariedade comunitária nos EUA.....	16
§ 8. Maldades comparadas.....	20
§ 9. Geopolítica e História.....	20
§ 10. O verdadeiro agente histórico por trás do eurasismo.....	23

§ 1. Nossas missões respectivas neste debate

A ciência política, como já afirmei, nasceu no instante em que Platão e Aristóteles distinguiram entre o discurso dos agentes políticos em conflito e o discurso do observador científico que tenta compreender o que se passa entre eles. É certo que com o tempo os agentes políticos podem aprender a usar certos instrumentos do discurso científico para seus próprios fins; é certo também que o observador científico pode ter preferências pela política deste ou daquele agente. Mas isso não muda em nada a validade da distinção inicial: o discurso do agente político visa a produzir certas ações que favoreçam a sua vitória, o do observador científico, a obter uma visão clara do que está em jogo, compreendendo os objetivos e meios de ação de cada um dos agentes, a situação geral onde a competição se desenrola, quais seus desenvolvimentos mais prováveis e qual o sentido dos acontecimentos no quadro mais amplo da existência humana.

A função do observador científico torna-se ainda mais distinta da dos agentes quando ele não quer nem pode tomar partido de nenhum deles e se mantém à distância necessária para descrever o quadro com o máximo de realismo ao seu alcance.

Desde o início desta troca de mensagens com o prof. Duguin, procurei deixar claros estes dois pontos:

1. Ele é declaradamente um agente político, e toda a descrição que apresenta do estado de coisas é determinada pelos objetivos práticos que pretende alcançar. É natural, portanto, que ele veja o mundo dividido em dois, um lado bom e um lado mau, procurando angariar simpatias para o lado que ele considera bom e lançar contra o lado que lhe parece mau a máxima quantidade de ódio que se encontre disponível na praça.

2. Minha descrição do quadro, ao contrário, apresenta um mundo dividido entre três forças principais em disputa, nenhuma das quais conta com a mais mínima simpatia da minha parte, embora, em termos de perigo físico imediato para a espécie humana, uma delas já tenha demonstrado uma superioridade arrasadora em face das outras duas. Matando em poucas décadas um total aproximado de 140 milhões de pessoas, mais do que todas as guerras, epidemias e catástrofes naturais de toda ordem haviam matado pelo menos desde o início da Era Cristã, russos e chineses já provaram ter um grau de truculência, de maldade, de desrespeito pela vida humana, que transcende as possibilidades do mais odioso homem-bomba islâmico ou do mais frio e maquiavélico banqueiro ocidental. Isso é um fato puro e simples, e nem toda a tagarelice eurásiana do mundo pode amenizar o escândalo de duas hordas de assassinos que, em vez de pagar pelos crimes que cometeram contra seus próprios povos, reivindicam agora, com ares de inocência, de santidade e até de autoridade divina, uma chance de ampliá-los em escala mundial. Apesar disso, as outras duas correntes globalizantes não me parecem dignas de maior admiração e respeito -- no mínimo, no mínimo, por haverem se acumpliciado ao genocídio russo-chinês, um entre os anos 30 e 60, favorecendo com dinheiro a granel e paternos concessões diplomáticas a construção das duas tiranias mais mortíferas de todos os tempos, o outro agora mesmo, andando de mãozinhas dadas, no Fórum Social Mundial e em toda parte, com os porta-vozes ostensivos ou camuflados de uma ideologia que a sua própria religião condena.

As fotografias que, a título de condensação humorística, anexe à minha primeira mensagem, documentam toda a diferença entre o agente político investido de planos globais e meios de ação em escala imperial e o observador científico não só desprovido de uma coisa e da outra, mas firmemente decidido a rejeitá-las e a viver sem elas até o fim dos seus dias, já que são desnecessárias e inconvenientes à missão de vida que ele escolheu e que é, para ele, a única justificativa razoável da sua existência.¹

¹ Houve, entre os leitores, alguns – poucos, felizmente -- que foram idiotas o bastante para interpretar aquelas fotos como *captatio benevolentiae*, sem reparar que elas são a tradução humorística mas exata e realista de um fato puro e simples (que por sua vez ilustra sem a mais mínima ênfase retórica a distinção platônico-aristotélica fundamental), e até como sintoma de autopiedade, como se eu estivesse lamentando, e não agradecendo aos céus, a nulidade do meu estoque de armas de destruição em massa e outros instrumentos de ação bélica e política que abundam nas mãos do meu oponente. Pergunto-me onde eu poderia esconder, no jardim da minha casa, um arsenal de bombas atômicas e algumas toneladas de armas químicas, e a quem eu poderia vender essa tralha toda no caso de a guerra mundial não se realizar.

§ 2. Da argumentação à fofoca pura e simples

Essa assimetria dos papéis respectivos do agente político e do observador científico reflete-se, em seguida, nas descrições que ambos fazem da situação mundial, o primeiro desenhando-a como uma luta entre o Bem e o Mal e, mui modestamente, reivindicando para si o papel de encarnação do Bem; o segundo apresentando-a antes como uma disputa entre três males pestíferos e não alimentando muitas ilusões quanto ao que da sua concorrência possa resultar para a humanidade nas próximas décadas.

Tanto eu quanto o prof. Duguin estamos desempenhando nossas tarefas respectivas com o máximo de dedicação, seriedade e honestidade. Mas essas tarefas não são a mesma. A dele é recrutar soldados para a luta contra o Ocidente e a instauração do Império Eurasiano universal. A minha é tentar compreender a situação política do mundo para que eu e meus leitores não sejamos reduzidos à condição de cegos em tiroteio no meio do combate global; para que não sejamos arrastados pela voragem da História como folhas na tempestade, sem saber de onde viemos nem para onde somos levados.

A diferença entre as missões que nos propusemos determina a dos meios intelectuais e verbais usados nas nossas respectivas exposições. Ele emprega todos os instrumentos usuais da propaganda política: a simplificação maniqueísta, a rotulação infamante, as insinuações pérfidas, a indignação fingida do culpado que se faz de santo e, *last not least*, a construção do grande mito soreliano – ou profecia auto-realizável –, que, simulando descrever a realidade, ergue no ar um símbolo aglutinador na esperança de que, pela adesão da platéia em massa, o falso venha a se tornar verdadeiro. Eu, da minha parte, tudo o que posso fazer é usar os meios de esclarecimento analítico criados pela filosofia ao longo dos milênios – a começar pela própria distinção entre os discursos do agente e do observador –, aplicando-os a uma multidão de fatos colhidos nas mais variadas fontes, inclusive remotas e mal conhecidas do público, e não nas da mídia popular, que refletem antes o esforço persuasivo e manipulatório de um dos agentes do que um intuito sério de apreender a realidade. Não é coincidência que o meu oponente apele sobretudo à credibilidade dessa mídia, jogando com o poder magnético dos lugares-comuns consagrados – “o mundo unipolar”, “a agressividade americana”, “o imperialismo”, a “anarquia do livre mercado”, “o individualismo” etc. –, sem reparar em dois detalhes: (1) Esses *topoi* são postos em circulação pela mesma mídia pertencente à elite globalista ocidental, e ao usá-los como bases do seu esforço persuasivo o prof. Duguin aceita como juiz supremo da realidade aquele mesmo inimigo que ele próprio rotula de origem do mal e pai da mentira. (2) Ao respaldar o seu anti-americanismo no da mídia globalista, ele milita implicitamente, mas com a veemência explosiva das contradições reprimidas, contra a sua alegação explícita (a qual comentarei mais adiante) de que globalismo é americanismo, de que o objetivo da elite global é aumentar o poder e a glória dos EUA.

Não digo, é claro, que o prof. Duguin seja desonesto. Mas ele está se devotando honestamente a um tipo de combate que, por definição e desde que o mundo é mundo, é a encarnação da desonestidade por excelência. Em vista disso, não é de estranhar que ele tente remanejar a própria situação de debate para forçá-la a tomar partido dele no grande combate tal como ele o concebe.

Para tanto, ele tem de falsificar, em primeiríssimo lugar, a posição do seu contendor, fazendo de mim o porta-voz e adepto do globalismo ocidental, contra o qual, não obstante, tenho escrito páginas e mais páginas na mídia brasileira, ao ponto de ser acusado, por isso, de “teórico da

conspiração”, o rótulo infamante padronizado que a elite globalista usa com mais frequência para intimidar os que ousem investigá-la.

Não contente com isso, ele tem de jogar contra mim a hostilidade de meus compatriotas, insinuando que, por morar nos EUA e ter escrito algumas coisas em favor do conservadorismo americano, sou algo assim como um traidor da pátria.

Vejamos como ele realiza esse *tour de force*:

“...a América Latina e o Brasil em particular, têm algumas diferenças sociais e culturais em relação às sociedades e culturas européias ou norte-americanas. No caso do Prof. Carvalho, o fato de que ele viva nos EUA, tem um papel importante. Não digo sua residência geográfica, mas sua identificação cultural. Isso é confirmado pelos textos do Prof. Carvalho que consegui ler. Eles testemunham sua adesão à tradição norte americana (em sua versão “tradicionalista” ou de “direita”) e sua distância das principais características da atitude cultural crítica brasileira para com os Estados Unidos. Estando politicamente à direita, eu suponho que o Prof. Carvalho repreenda o “esquerdismo” latino e brasileiro. Minha simpatia nesse caso está do lado da América Latina. Sendo eu um crítico dos EUA e da Civilização Ocidental como um todo, eu encontro características (eurasianas) nas sociedades da América Central e do Sul. Portanto, de certa forma, eu sou muito mais pró-Brasil do que o ‘brasileiro puro’ Prof. Carvalho que defende certos aspectos (conservadores) dos EUA e o Ocidente como um todo.”

Esse parágrafo é de uma incoerência magistral. Se o que importa não é minha “residência geográfica” e sim minha “identificação cultural”, o fato de eu viver nos EUA ou na Zâmbia não pode fazer aí a menor diferença. E se o prof. Dugin menciona o meu local de residência ao mesmo tempo que afirma que não é disso que se trata, para que serve então essa menção? Serve apenas como excipiente para a insinuação venenosa que vem em seguida: por ser tão anti-americano quanto a esquerda brasileira, ele seria “muito mais pró-Brasil” do que eu, como se o esquerdismo que vigora no Brasil fosse a mais pura expressão da cultura patriótica e não o enxerto importado que realmente é. Ao qualificar o esquerdismo brasileiro de “eurasiano” o prof. Dugin mostra, ademais, não saber praticamente nada da situação brasileira. Quem quer que tenha acompanhado as grandes mudanças na política econômica, jurídica e cultural do Brasil nos últimos vinte anos, sabe que todas elas vieram prontas das centrais globalistas – ONU, OMS, UNESCO, Bilderberg, Rockefeller, Fundação Ford, George Soros, etc. Em política econômica, os últimos governos brasileiros nada mais fizeram que seguir fielmente as instruções do Banco Mundial. No campo da saúde, todas as reformas adotadas foram recomendações expressas da OMS. Os princípios “politicamente corretos” impostos pelo governo a toda a sociedade brasileira foram impostos a esse governo, por sua vez, pela ONU e pelas fundações bilionárias. E nem preciso mencionar a alegria obscena com que o governo Lula cedeu até mesmo partes do território brasileiro à administração internacional, contra a vontade expressa da população local. Tudo isso é arqui-sabido no Brasil, mas as notícias parecem não ter chegado à Rússia.

Que tão abjeta subserviência venha acompanhada de demonstrações histriônicas de anti-americanismo é a prova mais evidente de que se pode estar contra os EUA e a favor da elite globalista ao mesmo tempo. Como haveria de ser de outro modo, se desde há meio século o anti-americanismo mundial é amplamente financiado por essa mesma elite?

Se o prof. Dugin me citar um único projeto de lei aprovado no Brasil, ao longo dos últimos vinte anos, que tenha sido inspirado por ele e não por algum Rockefeller ou Soros, admitirei que o

Brasil é “eurasiano”.

Sua alegação de ser “mais pró-Brasil” do que eu é apenas uma fofoca, uma tentativa pueril de jogar contra mim os meus compatriotas, pintando-me como americanista e anti-brasileiro. Na verdade, tenho sido, na grande mídia brasileira praticamente o único colunista a protestar contra a prepotência globalista que se considera dona do nosso território.

Não hesito em dizer que nas últimas décadas o nacionalismo brasileiro, de nobre tradição, se degradou ao ponto de transformar-se num anti-americanismo histriônico usado para encobrir o sacrifício da soberania nacional às exigências do globalismo. Nesse sentido, o prof. Dugin está do lado de um Brasil de *papier maché*, enquanto eu, com os modestos instrumentos de que disponho, me incumbo de defender a pátria real contra inimigos de carne e osso.

Se, por um lado, ele finge minimizar a importância do meu local de residência, ao mesmo tempo em que o enfatiza para insinuar que sou um americanista anti-brasileiro, só tenho a declarar que a contradição mesma do seu discurso nesse ponto revela aquele jogo de esconde-esconde, típico da rotulação demagógica. Devo lembrar ao prof. Dugin que o fundador mesmo do Nacional-Bolchevismo, Eduard Limonov, morou nos EUA até por mais tempo do que eu; ademais escreveu um romance que se passa nos EUA. Por que, no caso dele, não vale o mesmo critério de “identificação cultural” usado para mim? Após ter confundido posição social e crença ideológica, o prof. Dugin confunde esta com residência geográfica, à qual, ao mesmo tempo e paradoxalmente, nega toda importância. Seria bom se ele decidisse por qual meio planeja queimar a minha reputação: apelando a duas insinuações contraditórias ele só mostra a vacilação característica do fofoqueiro tímido que diz o mal e ao mesmo tempo jura não estar dizendo nada. Não tomo nada disso como ofensa – não conheço alma mais lenta em ofender-se do que a minha --, apenas julgo que o problema que estamos discutindo já é complicado o bastante sem essas fintas e rodeios que só servem para confundir os leitores.

Também não faz sentido pintar-me como defensor do “Ocidente como um todo”, quando estou justamente enfatizando a divisão desse Ocidente e, nela, tomando partido dos que não detêm no momento o poder de Estado nem nos EUA nem na Europa. Se dissesse que defendo metade do Ocidente contra a outra metade e que acuso esta última de cumplicidade com o eurasismo, o prof. Dugin estaria mais próximo da verdade.²

² É certo que ele diz que, se existem duas Américas, uma delas, aquela que defendo, é “puramente virtual”, e só a outra tem ação política significativa. Mas quanto vale esse raciocínio, ele mesmo o demonstra mais tarde, ao dizer que, dos três grupos globalistas que distingi, só um é politicamente ativo e relevante, enquanto os outros dois só tratam, coitadinhos, de se defender. Se estar limitado a atitudes de defesa ante um poder maior é o mesmo que ser apenas virtual, então esse raciocínio não deveria aplicar-se somente à América conservadora, mas aos blocos russo-chinês e islâmico. No meu entender, o poder menor que uma facção desfruta não a torna meramente virtual, pois é das facções mais fracas que advêm, no curso do tempo, as grandes mudanças históricas. Se os dois blocos anti-ocidentais estão lutando para desalojar um inimigo mais poderoso, isso é o mesmo que está fazendo a América conservadora, hoje constituída por pelo menos metade do eleitorado dos EUA. Seria ótimo se o prof. Dugin usasse os termos “real” e “virtual” com mais seriedade, em vez de empregá-los para fazer desaparecer do quadro os fatores que debilitam o seu argumento.

§ 3. O Consórcio

Se falsifica até mesmo a identidade do seu contendor neste debate, com quanto mais empenho não o fará o prof. Duguin com a da sua *bête noire*, o globalismo ocidental, que ele procura deliberadamente confundir com o poder nacional americano?

A elite globalista não é apenas uma vaga classe social de capitalistas e banqueiros. É uma entidade organizada, com existência contínua há mais de um século, que se reúne periodicamente para assegurar a unidade dos seus planos e a continuidade da sua execução, com a minúcia e a precisão científica com que um engenheiro controla a transmutação do seu projeto em edifício.

A expressão mesma “elite global”, que tenho usado, não dá uma idéia exata da natureza dessa entidade. Muito melhor é o nome sugerido no título do livro de Nicholas Hagger, *The Syndicate*.³ Só não a copio *ipsis litteris* porque sua equivalente brasileira denota organizações trabalhistas, que em inglês não se chamam “sindicatos” e sim *unions*, enquanto *Syndicate* se usa mais para associações comerciais e patronais, dando o sentido preciso do que Hagger pretende dizer. Contorno portanto essa dificuldade adotando o termo “Consórcio”, que será usado daqui por diante.

O Consórcio é a organização de grandes capitalistas e banqueiros internacionais, empenhados em instaurar uma ditadura mundial socialista (já veremos por que socialista). São tantos os documentos e estudos que descrevem meticulosamente sua origem, sua história, sua constituição e *modus operandi*, que nenhuma desculpa se pode admitir para o desconhecimento da matéria, sobretudo em pessoas que pretendem opinar a respeito. Não, isto não é uma insinuação contra o prof. Duguin. Ele está perfeitamente informado a respeito, e se erra nas conclusões que emite não é por ignorância, é porque a índole essencialmente belicosa do seu enfoque o impele a dividir o panorama em duas metades simetricamente opostas, falsificando o quadro todo e mandando para o limbo da inexistência todos os fatos que impugnam essa simplificação maniqueísta.

Tão abundante é a bibliografia sobre o Consórcio, que toda tentativa de resumi-la aqui seria vã. Só o que cabe fazer é indicar alguns títulos essenciais, que o leitor citados aqui e ali ao longo desta exposição, e destacar alguns pontos indispensáveis à compreensão deste debate:

1. O Consórcio formou-se há mais de cem anos, por iniciativa dos Rothschild, uma família multipolar, com ramificações na Inglaterra, na França e na Alemanha desde o século XVIII pelo menos.

2. O Consórcio reúne algumas centenas de famílias bilionárias para a consecução de planos globais que assegurem a continuidade e expansão do seu poder sobre todo o orbe terrestre. Esses planos são de longuíssimo prazo, transcendendo o tempo de duração das vidas dos membros individuais da organização e mesmo o da existência histórica de muitos Estados e nações envolvidos no processo.

3. O Consórcio é uma organização dinástica, cuja continuidade de ação é assegurada pela sucessão de pais a filhos desde há muitas gerações. Veremos adiante (§ 9, “Geopolítica e História”)

³ Nicholas Hagger, *The Syndicate. The Story of the Coming World Government*, Ropley, Hants (UK), O-Books, 2004.

que esse tipo de continuidade é o fator que distingue entre os verdadeiros sujeitos agentes do processo histórico e as formações aparentes, veneráveis o quanto sejam, que se agitam na superfície das épocas como sombras chinesas projetadas na parede.

4. O Consórcio atua por meio de uma multiplicidade de organizações subsidiárias espalhadas pelo mundo todo, como por exemplo o Grupo Bilderberg ou o *Council on Foreign Relations*, mas não tem ele próprio uma identidade jurídica. Isso é uma condição essencial para a sua atuação no mundo, permitindo-lhe comandar inumeráveis processos políticos, econômicos, culturais e militares sem poder jamais ser responsabilizado diretamente pelos resultados (ou pela iniquidade dos meios), seja ante os tribunais, seja ante o julgamento da opinião pública. Tendo agentes fidelíssimos espalhados em vários governos – e no comando de alguns deles –, é sobre esses governos que recai, no debate público, a responsabilidade pelas decisões e ações do Consórcio, fazendo com que os Estados e nações usados como seus instrumentos se tornem também, automaticamente e sem a menor dificuldade, seus bodes expiatórios. É esta a explicação de que tantas decisões políticas manifestamente contrárias aos interesses e até à sobrevivência das nações envolvidas sejam depois, paradoxalmente, atribuídas a ambições nacionalistas e imperialistas fundadas no “interesse nacional”. Os exemplos históricos são muitos, mas, para ficarmos no presente, basta notar que o presidente Obama, notório servidor do Consórcio, gastou em apenas uma semana 500 milhões de dólares num esforço de guerra destinado a entregar o governo da Líbia a facções políticas declaradamente anti-americanas, podendo ser então acusado de imposição tirânica do poder americano no instante mesmo em que debilita esse poder e o põe a serviço de seus inimigos, tornando-se alvo da fúria “anti-imperialista” destes últimos no ato mesmo de ajudá-los paternalmente a demolir a força e o prestígio dos EUA. Não fez outra coisa o presidente Lyndon Johnson quando enviou os soldados americanos à guerra ao mesmo tempo que lhes amarrava as mãos para que não pudessem vencê-la de maneira alguma, tornando-se assim, ante a mídia de esquerda, o supremo agressor imperialista, quando era na verdade o melhor amigo secreto dos vietcongues. Mesmíssima desgraça produziu o presidente Clinton quando, ao fornecer ajuda à Colômbia para que combatesse o comércio de drogas, impôs como condição para isso que “as organizações políticas” envolvidas no narcotráfico fossem deixadas incólumes: o narcotráfico não diminuiu, apenas seu controle foi transferido das quadrilhas apolíticas para as Farc, que, enriquecidas e livres de concorrentes, puderam então financiar a construção do Foro de São Paulo e a transformação da América Latina quase inteira numa fortaleza do anti-americanismo militante. Duplamente presenteada, a esquerda latino-americana pôde assim beneficiar-se de um fabuloso acréscimo de poder e ao mesmo tempo protestar, com ares de indignação, contra a “intervenção imperialista” à qual deviam o mais generoso dos favores. Os exemplos poderiam multiplicar-se *ad infinitum*.⁴ Esse é o modo de ação característico do Consórcio: usar os governos como instrumentos de planos que prejudicam as suas nações, e depois ainda acusá-los de prepotência nacionalista e imperialista.

⁴ E não são só exemplos pontuais. Destruir o poder, a economia e a soberania dos EUA por meio de medidas que depois serão atribuídas à motivação exatamente oposta e imputadas à “voracidade imperialista ianque”, tal tem sido a estratégia geral do Consórcio nas suas relações com o governo americano há muitas décadas. Vejam por exemplo a sucessão de acordos monetários globais celebrados desde Bretton Woods (1944). Todos eles são explicados como lances de um processo de dominação da economia mundial pelos EUA. É uma interpretação, nada mais, mas uma interpretação que, de tão repetida, encobre e torna invisível o fato bruto de que, quando esses acordos começaram, os EUA eram o maior credor do mundo; hoje são o maior devedor, à beira da falência. Se é verdade que “pelos frutos os conhecereis”, a verdade óbvia é que o poder do Consórcio e o dos EUA não crescem em proporção direta, mas inversa.

5. O Consórcio é uma entidade caracteristicamente supra-nacional, formada de famílias de nacionalidades diversas, independente e soberana em face de qualquer interesse nacional possível e imaginável. Um breve exame da lista dessas famílias basta para demonstrá-lo com evidência sobrança. Supor que os Onassis, os Dupont, os Agnelli, os Schiff, os Warburg, os Rothschild, o príncipe Bernhard e a rainha Beatrix da Holanda, o rei Juan Carlos da Espanha, o rei Harald V da Noruega sejam todos patriotas americanos, empenhados em exaltar o poder e a glória dos EUA, é uma hipótese tão boba, tão pueril que nem merece discussão. A identificação do poder globalista com o interesse nacional americano – como outrora com o Império Britânico ou variados colonialismos – é apenas a camuflagem de praxe com que essa entidade onipresente confere a si própria as vantagens e confortos de uma relativa invisibilidade, batendo e roubando com mão alheia para não queimar os dedos nas fogueiras que vai ateando pelo mundo (e contando, para isso, com a colaboração servil da mídia internacional, que pertence a membros do próprio Consórcio).

§ 4. Por que o Consórcio deseja o socialismo

Toda a bibliografia existente sobre o Consórcio atesta que o objetivo dele é a instauração de uma ditadura socialista mundial. Mas pessoas que desconhecem essa bibliografia, e ademais estão acostumadas a raciocinar com base nos significados usuais das palavras, sem ter em conta a tensão dialética entre estas e os objetos reais que designam, encontram uma dificuldade medonha em entender que capitalistas e banqueiros possam desejar o socialismo. Afinal, socialismo não é propriedade estatal dos meios de produção? Capitalismo não é propriedade privada? Como haveriam os capitalistas de querer que o Estado tomasse suas propriedades? Baseadas nesse mimoso raciocínio, que um programa de computador faria tão bem quanto elas se alimentado com as definições dos termos respectivos, aquelas criaturas então negam que o Consórcio exista ou afirmam resolutamente que ele é pró-capitalista, anticomunista, americanista, anti-russo, antichinês e anti-islâmico. Feito isso, estão prontas para admitir que a divisão do mundo tal como a delinea o prof. Duguin é a pura expressão da realidade.

No entanto, a técnica filosófica milenar, que aquelas pessoas desconhecem por completo, ensina que as definições de termos expressam apenas essências gerais abstratas, possibilidades lógicas e não realidades. De uma definição não se pode jamais deduzir que a coisa definida existe. Para isso é preciso quebrar a casca da definição e analisar as condições requeridas para a existência da coisa. Caso essas condições não se revelem autocontraditórias, excluindo *in limine* a possibilidade da existência, ainda assim essa existência não estará provada. Será preciso, para chegar a tanto, colher no mundo da experiência dados factuais que não somente a comprovem, mas que confirmem sua plena concordância com a essência definida, excluindo a possibilidade de que se trate de outra coisa bem diversa, coincidente com aquela tão-somente em aparência.

Quem quer que tente fazer isso com a definição de “socialismo” chegará a conclusões que, para o raciocinador mecânico e leitor devoto da mídia popular, parecerão chocantes e aterradoras.

Desde logo, que é “propriedade dos meios de produção”? Não é mera posse, é propriedade legal, é reconhecimento, pela autoridade estatal legítima, do direito que o proprietário tem de dispor da sua propriedade como bem entenda, dentro, é claro, dos limites da lei. “Propriedade privada dos meios de produção” significa que o Estado garante esse direito a cidadãos particulares ricos o bastante para ter uma fábrica, uma fazenda, um banco – os chamados “burgueses”; “propriedade estatal dos meios de produção” significa que o garante somente para si mesmo, depenando os burgueses.

Acontece que, desde o ponto de vista do marxismo, que criou esses termos e a interpretação correspondente, a noção mesma de “propriedade legal” é uma invenção burguesa destinada a encobrir a crua e brutal dominação de classe. O mundo inteiro das constituições, leis e decretos é, segundo o marxismo, uma “superestrutura ideológica” que não faz nenhum sentido em si mesma e só se explica como adorno enganoso usado para legitimar a exploração dos pobres pelos ricos. Por trás da idéia de “propriedade legal” é preciso portanto investigar e descobrir as condições de controle real, prático – a estrutura de poder, em suma. O burguês não detém o controle dos meios de produção por ter “direito legal” a eles, mas por ter a seu serviço todo um aparato de repressão, intimidação, marginalização e até liquidação física de quem ponha a sua propriedade em risco, real ou hipoteticamente. A estrutura do poder – a ordem do terror – é a realidade por trás da camuflagem legal.

Isso quer dizer, desde logo, que a passagem do controle dos meios de produção, da classe burguesa para a vanguarda revolucionária, não pode jamais, em hipótese alguma, ser uma transferência legal de propriedade. Essa transferência pressuporia a existência de uma ordem legal que a legitimasse, e a revolução socialista não pode destruir somente a propriedade privada: tem de negar e destruir a ordem legal inteira. Pior: ao criar a nova ordem legal que a substitui, não pode, como os burgueses, fingir acreditar que ela é uma realidade em si. Tem de admitir francamente, ostensivamente, que não se trata de uma ordem legal, mas do poder nu e cru da força revolucionária. No socialismo, não há ordem legal acima do poder do Partido. Isso não só é assim na realidade, mas os socialistas revolucionários têm orgulho em proclamar que é assim.

Ademais, no contexto burguês, a propriedade implica alguma responsabilidade legal. O proprietário capitalista responde ante a autoridade estatal pelo mau uso que faça da sua propriedade – senão contra os proletários, ao menos contra os outros burgueses. Mas ante quem há de responder uma autoridade que está acima da própria ordem legal? O governo revolucionário não pode ser um “proprietário” no sentido em que o eram os burgueses. Estes eram proprietários *para* a ordem legal, garantidos por ela e responsáveis diante dela. O governo socialista não é um proprietário: é um controlador absoluto, independentemente e acima de qualquer ordem legal.

Muitas décadas atrás os maiores cérebros do campo socialista já perceberam que isso os colocava diante de uma escolha incontornável: ou criavam logo uma ditadura implacável, totalitária, sangrenta, da qual não poderiam se livrar jamais e que acabaria por mandar ao cárcere ou ao pelotão de fuzilamento os revolucionários mesmos, como de fato veio a acontecer em todos os lugares onde se optou por essa alternativa;⁵ ou, ao contrário, seria preciso implantar o socialismo por métodos graduais e incruentos, usando como instrumento o próprio aparato jurídico-político da sociedade burguesa e conservando, na medida do possível, a quota mínima de direitos e responsabilidades legais necessária para proteger, se não a população em geral, ao menos a própria elite revolucionária.

Qual dessas vias foi escolhida? As duas, apenas com uma distinção territorial: nas áreas onde fosse possível tomar o poder pela violência, a ditadura era a única via admissível; nos demais países, era preciso promover a ascensão progressiva do controle estatal da economia, sem fazer do Estado o proprietário legal direto dos meios de produção, o que o tornaria sujeito a responsabilidades jurídicas e cobranças que poderiam retardar e obstaculizar a própria caminhada rumo ao socialismo.

Note-se, portanto, que em nenhum dos dois casos se tratava de “propriedade estatal dos meios de produção”. Na ditadura socialista, havia o controle brutal, direto, imune às

⁵ A qual acarretava ademais a criação de uma classe dominadora mais poderosa e indestrutível do que a própria burguesia jamais fora.

responsabilidades legais de um proprietário. O próprio Karl Marx chamara a isso “capitalismo cru” – algo muito mais cruel e arbitrário do que aquilo que mais tarde receberia o rótulo de “capitalismo selvagem”. Nos demais países, onde vigorasse a estratégia “pacífica”, o Estado se esquivava das responsabilidades diretas de um proprietário, ao mesmo tempo que subjugava os proprietários legais por meio de controles fiscais, trabalhistas, sanitários, técnicos etc., até o ponto em que os capitalistas se tornariam simples gerentes a serviço do Estado, arcando, ao mesmo tempo, com as responsabilidades legais às quais o Estado se furtava. Karl Marx previra também essa possibilidade, ao ensinar que a transição da propriedade da burguesia para o Estado devia ser lenta e gradual, efetuando-se através de instrumentos indiretos como o imposto de renda progressivo.

Apesar de conflitos esporádicos, as duas estratégias sempre trabalharam em sentido convergente. A colaboração foi tão estreita que a Sociedade Fabiana, a encarnação máxima da “via pacífica para o socialismo” no Ocidente, recebia instruções diretamente do governo soviético, no momento mesmo em que este, na Rússia, implantava a ferro e fogo a estatização militarizada dos meios de produção.

Com o tempo, porém, os adeptos da estratégia radical tiveram que acabar concordando que o crescimento e aperfeiçoamento do aparato estatal moderno de controle social e econômico – sob a inspiração, aliás, do próprio socialismo – tornava inviável a tomada do poder por via insurrecional. Daí por diante só eram possíveis as “revoluções desde cima” – as revoluções dirigidas pelo próprio Estado, por via administrativa, legal, fiscal e policial.

Ademais, a estatização completa dos meios de produção mostrou-se inviável, não só na prática como até na teoria. Em 1922 o economista Ludwig von Mises explicou que, eliminado o livre mercado, todos os preços teriam de ser determinados pelo Estado. Mas, de um lado, o número de produtos em circulação a qualquer momento era grande demais para que um órgão estatal pudesse calcular seus preços antecipadamente. De outro lado, para controlar os preços o governo precisaria também ter o conhecimento antecipado de todos os recursos financeiros à disposição do público em cada momento. Em suma: o controle dos preços subentendia o controle total da economia, que por sua vez tinha de começar pelo controle dos preços. Só uma inteligência divina poderia superar esse círculo vicioso. Sendo impossível o controle dos preços, não havia controle geral da economia, portanto não havia socialismo nenhum. O máximo que se conseguiria fazer seria um socialismo nominal, com uma vasta liberdade residual de mercado que não poderia ser extinta nunca.

Embora uns poucos teóricos do socialismo estrilassem, como por exemplo Eduard Kardelj, ministro da Economia da Iugoslávia, a maioria, rosnando entre dentes, admitiu que von Mises tinha razão. Até o fim, todas as economias comunistas do mundo tiveram de suportar um capitalismo clandestino que acabou por se revelar uma condição *sine qua non* da sobrevivência do regime.

Daí, duas conseqüências decorriam incontornavelmente:

1) O socialismo deixava de ser um “regime”, um “estado de coisas” para se tornar um “processo”. Não havia um “Estado socialista” a ser atingido de uma vez para sempre, mas apenas um “Estado socializante” condenado a aproximar-se do socialismo sem jamais alcançá-lo, como numa assíntota. Todos os Estados socialistas que já existiram foram assim, e os que vierem a existir serão assim eternamente. A definição do socialismo como propriedade estatal dos meios de produção é autocontraditória, e toda tentativa de realizar na prática uma teoria autocontraditória acaba por gerar contradições reais insolúveis. Conclusão? O que se acaba realizando é alguma coisa de bem diferente do que estava definido de início. Tal é a dialética fatal das relações entre pensamento e

realidade. Os belos raciocinadores mecânicos que mencionei no início deste parágrafo não vão entender isso nunca.

2) À medida que os controles estatais iam crescendo em número e complexidade, as pequenas empresas não tinham recursos financeiros para atendê-los e acabavam falindo ou sendo vendidas a empresas maiores – cada vez maiores. Resultado: o “socialismo” tornou-se a mera aliança entre o governo e o grande capital, num processo de centralização do poder econômico que favorece a ambos os sócios e não arrisca jamais desembocar na completa estatização dos meios de produção.

Os grandes beneficiários dessa situação são, de um lado, as elites intelectuais e políticas de esquerda; de outro, aqueles a quem chamei “metacapitalistas”: capitalistas que enriqueceram de tal modo no regime de liberdade econômica que já não podem continuar se submetendo às flutuações do mercado:

“Se o sistema medieval havia durado dez séculos, o absolutismo não durou mais de três. Menos ainda durará o reinado da burguesia liberal. Um século de liberdade econômica e política foi suficiente para tornar alguns capitalistas tão formidavelmente ricos que eles já não querem submeter-se às veleidades do mercado que os enriqueceu. Querem controlá-lo, e os instrumentos para isso são três: o domínio do Estado, para a implantação das políticas estatistas necessárias à eternização do oligopólio; o estímulo aos movimentos socialistas e comunistas que invariavelmente favorecem o crescimento do poder estatal; e a arregimentação de um exército de intelectuais que preparem a opinião pública para dizer adeus às liberdades burguesas e entrar alegremente num mundo de repressão onipresente e obsediante (estendendo-se até aos últimos detalhes da vida privada e da linguagem cotidiana), apresentado como um paraíso adornado ao mesmo tempo com a abundância do capitalismo e a ‘justiça social’ do comunismo. Nesse novo mundo, a liberdade econômica indispensável ao funcionamento do sistema é preservada na estrita medida necessária para que possa subsidiar a extinção da liberdade nos domínios político, social, moral, educacional, cultural e religioso.

“Com isso, os metacapitalistas mudam a base mesma do seu poder. Já não se apóiam na riqueza enquanto tal, mas no controle do processo político-social. Controle que, libertando-os da exposição aventureira às flutuações do mercado, faz deles um poder dinástico durável, uma neo-aristocracia capaz de atravessar incólume as variações da fortuna e a sucessão das gerações, abrigada no castelo-forte do Estado e dos organismos internacionais. Já não são megacapitalistas: são *metacapitalistas* – a classe que transcendeu o capitalismo e o transformou no único socialismo que algum dia existiu ou existirá: o socialismo dos grão-senhores e dos engenheiros sociais a seu serviço.”⁶

O “socialismo socializante”, destinado a tomar para sempre o lugar de um impossível “socialismo socializado” pode ser o inferno da maioria dos empresários, mas é o paraíso dos capitalistas maiores – as dinastias bilionárias que formam, precisamente, o Consórcio. Eternamente garantidos pela burocracia estatal contra a liberdade de mercado e pela inviabilidade intrínseca do socialismo contra a estatização definitiva dos meios de produção, ainda são ajudados nos dois sentidos por um aliado fiel: a tecnologia, que, de um lado, aprimora os instrumentos de controle social ao ponto de poder determinar até a conduta privada dos cidadãos sem que estes possam nem mesmo perceber que são manipulados e, de outro, insufla criatividade no livre mercado de modo que este possa continuar crescendo mesmo sob o controle estatal mais opressivo.

⁶ Olavo de Carvalho, “História de quinze séculos”, *Jornal da Tarde* (São Paulo), 17 de junho de 2004, reproduzido em www.olavodecarvalho.org/semana/040617jt.htm.

Assim entende-se claramente por que as megafortunas do Consórcio têm estimulado e subsidiado o socialismo e a subversão esquerdista de maneira tão universal, obsessiva e sistemática, pelo menos desde os anos 40.

É fato inegável que a construção do parque industrial soviético, bem como da sua força militar, foi devida substancialmente a dinheiro americano (de membros do Consórcio) que para lá fluiu sem expectativa de retorno. Quem tenha alguma dúvida a respeito, que consulte os três volumes do estudo clássico do economista britânico Antony Sutton, *Western Technology and Soviet Technological Development* (Hoover Institution Press, Stanford University, 1968-1973), bem como seus livros *National Suicide: Military Aid to the Soviet Union* (Arlington House, 1974), *Wall Street and the Bolshevik Revolution* (Buccaneer Books, 1999) e *The Best Enemy Money Can Buy* (Liberty House, 1986).

O livro de René A. Wormser, *Foundations: Their Power and Influence* (Covenant House Books, 1993) relata os trabalhos da Comissão Reese do Congresso Americano, que já nos anos 50 evidenciou a colaboração ativa das grandes fundações bilionárias com movimentos comunistas e anti-americanos por toda parte. Que as descobertas da Comissão não resultassem em nenhuma medida, seja punitiva, seja destinada a estancar o fluxo de dinheiro para a subversão, é a prova mais evidente do poder do Consórcio para manipular recursos americanos contra os mais óbvios interesses nacionais dos EUA.

Por fim, o florescimento industrial da China desde os anos 90, e sua transfiguração de favela continental no mais poderoso inimigo potencial dos EUA seria impensável sem os investimentos dos EUA e sem a autodestruição planejada do parque industrial americano.

É verdade que, após as reformas econômicas liberalizantes do governo Yeltsin, a Rússia entrou numa decadência econômica acelerada, da qual alguns capitalistas americanos se beneficiaram um bocado. Porém, quê esperavam os líderes russos depois da extinção do regime comunista? Ser premiados com um progresso econômico fantástico? O normal seria que, em vez disso, a nação fosse posta a trabalhar duro, com salários de fome, para pagar indenizações aos familiares dos sessenta milhões de vítimas do comunismo, como fizeram e fazem os alemães com os das vítimas do nazismo. Quem impediu que isso acontecesse? O Consórcio. Leiam em Vladimir Bukovski, *Jugement à Moscou*: a grande mídia e os organismos internacionais – dois braços do Consórcio -- opuseram tanta resistência à investigação judicial dos delitos soviéticos, que, de todos os países egressos do comunismo, só um, o Camboja, conseguiu instalar um tribunal para o julgamento dos crimes do regime comunista, e mesmo assim o fez com atraso formidável, graças ao boicote promovido pela ONU contra o empreendimento.

Os russos, responsáveis maiores pelo advento do comunismo, foram tratados nas últimas décadas com uma generosidade escandalosa, e ainda reclamam de que, extinto o regime assassino, não ganharam tanto dinheiro quanto queriam, não receberam por seus crimes hediondos o prêmio que esperavam do Ocidente.

§ 5. De que lado estou

Isso não quer dizer, evidentemente, que eu não seja a favor de nada, nem veja forças positivas em ação no mundo. Mas, precisamente, essas forças não se contam entre os agentes principais em disputa e não têm, ao menos no momento, nenhum plano ou estratégia global que possa neutralizar ou desarmar os três monstros. Entre elas, eu destacaria: (1) as comunidades cristãs, católicas ou protestantes, de todos os países⁷; (2) a nação judaica; (3) o nacionalismo conservador americano. Nenhuma das três está lutando para dominar o mundo. Ao contrário: por um decreto unânime dos blocos globalistas, as três estão marcadas para morrer.

Se para alguém vão as minhas simpatias, é para esses três condenados à morte. Não que eu pretenda opor, aos três projetos de dominação global, três projetos alternativos presentemente anêmicos. Caso houvesse planos para a instauração de uma ditadura mundial cristã, judaica ou *redneck*, eu estaria entre os primeiros a denunciá-los, como denuncio os militaristas russo-chineses, os oligarcas ocidentais e os apóstolos do Califado Universal. Mas esses planos não existem. A luta das três facções desvantajadas que mencionei não é pelo poder mundial: é pela sobrevivência pura e simples.

Que a extinção do cristianismo católico-protestante, do Estado de Israel e da América nacionalista está no programa dos três grandes blocos globalistas, é coisa que não precisa ser provada, tão patente é o assalto cultural, midiático, político e jurídico que se move contra essas entidades desde três direções diversas e convergentes (voltarei a isto numa das próximas mensagens).

Também não é preciso provar, por demasiado evidente, que até agora essas três comunidades só têm respondido ao ataque mediante reações pontuais, esporádicas e totalmente inconexas, sem qualquer articulação de conjunto, seja dentro de cada um desses campos, seja, mais ainda, entre os três. Uma frente unida mundial cristã, judaica e nacionalista americana não seria má idéia, mas, por enquanto, não vejo sinal que acene nessa direção. Parece até que os representantes das três comunidades têm medo de pensar nisso, antevendo imaginariamente a reação brutal de seus inimigos.

Por outro lado, é sabido que a Rússia e a China são os maiores fornecedores de armas para movimentos terroristas. Por que o governo americano não o denuncia e não força as duas potências, sob pena de sanções econômicas, a parar com isso? É simples: o Consórcio não deixa. Ninguém, na elite globalista, aceita defender seu país contra os mais danosos “aliados” que a América já teve.

Por fim, não é preciso enfatizar todas as iniciativas tomadas por organismos internacionais e por vários governos do Ocidente – a começar pelo da Inglaterra – para favorecer a invasão islâmica e debilitar, ao mesmo tempo, a tradição cristã que seria, obviamente, a única resistência cultural possivelmente eficaz contra o avanço do islamismo militante na Europa e nos EUA.

Se, diante de todos esses fatos, o prof. Duguin ainda insiste que o Consórcio é o grande inimigo dos blocos russo-chinês e islâmico, só pode ser por um de dois motivos: (1) o eurasismo, como o esquerdismo, é mais um truque com que o Consórcio se fortalece por meio de um inimigo

⁷ Especialmente as da África e da Ásia, que hoje refluem para a Europa e a América do Norte, num esforço heróico de recristianizar quem um dia os cristianizou. *By the way*, o padre da paróquia que frequento é um negro ugandense.

fingido; (2) o movimento eurasista é genuíno, mas nasce daquela neurose típica do pobre orgulhoso, que, ante a ajuda recebida, sente antes inveja e rancor do que gratidão e, em vez de retribuir generosidade com amizade, só pensa em destruir o benfeitor, tomar o seu lugar e depois contar a história às avessas, fazendo-se de vítima em vez de beneficiário.⁸

Ainda é cedo para saber qual das duas hipóteses é a verdadeira. Mas uma coisa é certa: não há uma terceira hipótese.

§ 6. Individualismo e coletivismo

Comecei a minha mensagem inaugural apontando a assimetria entre o observador isolado, que fala apenas em seu próprio nome, e o líder que expressa a vontade política de um partido, de um movimento, de um Estado ou de um grupo de Estados.

O prof. Duguin viu aí a cristalização simbólica da oposição entre individualismo e coletivismo, Ocidente e Oriente.

Essa não me parece ser uma aplicação correta das regras do simbolismo, que tanto ele quanto eu aprendemos em René Guénon.

Um simbolismo genuíno deve respeitar as fronteiras entre distintos planos de realidade, em vez de confundi-los. Onde o prof. Duguin viu um símbolo, eu vejo apenas uma metáfora, e aliás bastante forçada.

O individualismo como nome de uma corrente ideológica é uma coisa; outra completamente diversa, sem nenhuma conexão com ela, é a posição de um ser humano na base, no meio ou no topo da hierarquia de comando. Desta não pode se deduzir aquela, nem ver na posição social de um indivíduo um “símbolo” da sua identidade ideológica real ou suposta. Caso contrário, todo escritor sem suporte numa organização política seria necessariamente um adepto do individualismo ideológico, incluídos nisso os fundadores do nacional-bolchevismo, Limonov e Duguin, no tempo em que começaram, solitários e ignorados do mundo, a especular suas primeiras idéias. Ser um indivíduo isolado é uma coisa; ser um individualista é outra, quer tomemos a palavra “individualista” no sentido de um hábito moral ou de uma convicção ideológica. A dedução implícita no “simbolismo” que o prof. Duguin acredita ter encontrado é um perfeito *non sequitur*. O simbolismo autêntico, segundo René Guénon, deve ir para além e para cima da lógica, em vez de ficar abaixo das suas exigências mais elementares.

Mais ainda, em vez de colar à força na minha lapela o distintivo de adepto do individualismo ocidental, o prof. Duguin poderia ter perguntado o que penso a respeito. Afinal, a liberdade de expressão num debate não consiste apenas no poder que cada um dos debatedores tem de responder x ou y a uma questão dada, mas também, e eminentemente, na sua possibilidade de rejeitar a

⁸ Mais explicações sobre este e outros tópicos desta mensagem foram dadas na minha aula número 99 do Seminário de Filosofia (26 de março de 2011), cuja transcrição se encontra nos sites www.seminariodefilosofia.org e www.olavodecarvalho.org.

formulação da pergunta e recolocar a questão toda desde seus fundamentos, conforme bem lhe pareça.

Na minha modestíssima e individualíssima opinião, “individualismo” e “coletivismo” não são nomes de entidades históricas substantivas, distintas e independentes, separadas como entes materiais no espaço, mas rótulos que alguns movimentos políticos usam para carimbar-se a si próprios e a seus adversários. Ora, a ciência política, como já afirmei, nasceu no momento em que Platão e Aristóteles começaram a entender a diferença entre o discurso dos vários agentes políticos em conflito e o discurso do observador científico que tenta entender o conflito (que mais tarde os agentes políticos aprendessem a imitar a linguagem da ciência não invalida em nada essa distinção inicial). Logo, nossa principal obrigação num debate intelectualmente sério é analisar os termos do discurso político, para ver que ações reais se insinuam por baixo deles, em vez de tomá-los ingenuamente como traduções diretas e francas de realidades efetivas.

Com toda a evidência, os termos “individualismo” e “coletivismo” não expressam princípios de ação lineares e unívocos, mas dois feixes de tensões dialéticas, que se manifestam em contradições reais cada vez que se tente levar à prática, como se isto fosse possível, uma política linearmente “individualista” ou “coletivista”.

Desde logo, e para ficar só nos aspectos mais simples e banais do assunto, cada um desses termos evoca de imediato um sentido moralmente positivo junto com um negativo, não sendo possível, nem mesmo na esfera da pura semântica, separar um do outro para dar a cada um dos termos uma conotação invariavelmente boa ou má.

O “individualismo” sugere, de um lado, o egoísmo, a indiferença ao próximo, a concentração de cada um na busca de seus interesses exclusivos; de outro lado, sugere o dever de respeitar a integridade e a liberdade de cada indivíduo, o que automaticamente proíbe que o usemos como mero instrumento e coloca portanto limites à consecução de nossos propósitos egoístas.

O “coletivismo” evoca, de um lado, a solidariedade, o sacrifício que cada um faz de si pelo bem de todos; de outro lado, evoca também o esmagamento dos indivíduos reais e concretos em nome de benefícios coletivos abstratos e hipotéticos.

Quando vamos além da mera semântica e observamos as políticas autoneameadas “individualistas” e “coletivistas” em ação no mundo, notamos que a duplicidade de sentido embutida nos termos mesmos se transmuta em efeitos políticos paradoxais, inversos aos bens ou males subentendidos no uso desses termos como adornos ou estigmas.

O velho Hegel já ensinava que um conceito só se transmuta em realidade concreta mediante a inversão do seu significado abstrato.

Essa transmutação é uma das mais notáveis constantes da história humana.

O coletivismo, como política da solidariedade geral, só se realiza mediante a dissolução das vontades individuais numa hierarquia de comando que culmina na pessoa do guia iluminado, do Líder, do Imperador, do Führer, do Pai dos Povos. Nominalmente incorporando na sua pessoa as forças transcendentais que unificam a massa dos joões-ninguéns e legitimam quantos sacrifícios a ela se imponham, essa criatura, na verdade, não só conserva em si todas as fraquezas, limitações e defeitos da sua individualidade inicial, mas, quase que invariavelmente, se deixa corromper e degradar ao ponto de ficar abaixo do nível de integridade moral do indivíduo comum, transformando-se num doente mental desprezível. Hitler rolando no chão em transe de mania persecutória, Stalin deleitando-se de prazer sádico em condenar à morte seus amigos mais íntimos sob a alegação de

crimes que não haviam cometido, Mao Dzedong abusando sexualmente de centenas de meninas camponesas que prometera defender contra a lubricidade dos proprietários de terras, mostram que o poder político acumulado nas mãos desses indivíduos não aumentou de um só miligrama o seu poder de controle sobre si mesmos, apenas colocou à sua disposição meios de impor seus caprichos individuais à massa de súditos desindividualizados. A solidariedade coletiva culmina no império do “Indivíduo Absoluto”⁹. E esse indivíduo, que a propaganda recobre de todas as pompas de um enviado dos céus, não é jamais um exemplo de santidade, virtude e heroísmo, mas sim de maldade, abjeção e covardia. O absoluto coletivismo é o triunfo do Egoísmo Absoluto.

O individualismo tomado em sua acepção negativa, por seu lado, não somente não pode ir até às suas últimas conseqüências políticas, mas não tem sequer como ser levado à prática na esfera das ações individuais mais modestas. O total desamor aos semelhantes, a devoção exclusiva à busca de vantagens individuais, exclui por hipótese o desejo de reparti-las com outras pessoas. Sonhando ao próximo os benefícios obtidos na atividade egoísta, esse hipotético individualista extremado se subtrairia a si próprio de todo convívio humano e cairia na mais negra solidão, tornando-se *ipso facto* impotente para qualquer atividade social, portanto também para a consecução de seus objetivos egoístas. O tipo do usurário misantropo, que fugindo a todo contato humano se fecha no seu cofre-forte para desfrutar sozinho a posse de riquezas que não pode usar é talvez um bom personagem de contos de fadas ou histórias em quadrinhos, mas não pode existir na vida real. Na mais arrojada das hipóteses o prazer egoísta que ele poderia alcançar seria o de masturbar-se no banheiro, recusando-se a tomar como objeto de sua fantasia erótica senão a sua própria pessoa e ninguém mais. É da natureza das coisas que o coletivismo possa ser levado até aquele ponto extremo em que se converte no seu oposto – o reino do Indivíduo Absoluto --, ao passo que o individualismo egoísta só pode ser praticado dentro de limites estritos que não lhe permitem ir muito além da afetação e da pose. O individualismo egoísta não é uma linha de ação prática; é a justificação fingida com que um sujeito nem mais nem menos egoísta do que a média da humanidade se faz de *tough guy*. E é óbvio que mesmo o mais empedernido *tough guy* prefere desfrutar de prazeres em companhia de amigos, de parentes, de uma amante, em vez de trancar-se no banheiro com a sua própria pessoa só para não ter de admitir que fez algum bem ao próximo.

Quanto ao individualismo tomado no sentido do respeito e devoção à integridade dos indivíduos, sua prática não só é viável como constitui a única base sobre a qual se pode criar aquele ambiente de solidariedade humanitária que é a meta proclamada -- e jamais alcançada -- do coletivismo.

§ 7. O sentimento de solidariedade comunitária nos EUA

Não é coincidência que o país onde mais se cultivou a liberdade dos indivíduos seja também aquele em que a participação em atividades comunitárias de índole caritativa e humanitária seja a maior do mundo. Este traço da vida americana é amplamente ignorado fora dos EUA (e totalmente ocultado pelo anti-americanismo militante de Hollywood), mas não vejo motivo para acreditar antes nas opiniões deformadas e fantasias odientas da indústria internacional de mídia do que naquilo que

⁹ O termo é de Julius Evola, mas usado aqui num sentido que não é necessariamente o dele.

veja com meus próprios olhos todos os dias e que pode ser confirmado a qualquer momento com dados quantitativos substanciais. Eis alguns¹⁰:

1. Os americanos são o povo que mais contribui para obras de caridade no mundo.
2. Os EUA são o único país do mundo onde as contribuições populares para obras de caridade superam o total da ajuda governamental.
3. Entre os doze povos que mais doam em contribuições voluntárias – EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália, África do Sul, República da Irlanda, Holanda, Singapura, Nova Zelândia, Turquia, Alemanha e França --, as contribuições americanas são mais que o dobro das do segundo colocado (Reino Unido). Se algum engraçadinho quiser depreciar a importância desse dado, alegando “Eles dão mais porque são mais ricos”, esqueça: as contribuições não estão aí classificadas em números absolutos, mas em porcentagem do PNB. Os americanos simplesmente arrancam mais do próprio bolso para socorrer pobres e doentes, mesmo em países inimigos. As solidaríssimas Rússia e China nem entram na lista dos contribuintes.
4. Os americanos adotam mais crianças órfãs – inclusive de países inimigos – do que *todos os outros povos do mundo somados*.
5. Os americanos são o único povo que, em cada guerra de que participam, reconstróem a economia do país derrotado, mesmo ao preço de fazer dele um concorrente comercial e um inimigo poderoso no campo diplomático. Comparem o que os EUA fizeram na França, na Itália, na Alemanha e no Japão com o que os chineses fizeram no Tibete ou a Rússia no Afeganistão (detalhes nas mensagens subseqüentes).
6. Os americanos não oferecem aos pobres e necessitados somente o seu dinheiro. Dão-lhes o seu tempo de vida, sob a forma de trabalho voluntário. O trabalho voluntário é uma das mais velhas e sólidas instituições da América. Metade da população americana dedica o seu tempo a trabalhar de graça para hospitais, creches, orfanatos, presídios etc. Que outro povo, no mundo, fez da compaixão ativa um elemento essencial do seu estilo de existência?
7. Mais ainda, o valor que a sociedade americana atribui às obras de generosidade e compaixão é tanta, que nenhum potentado das finanças ou da indústria pode se esquivar de fazer anualmente imensas contribuições a universidades, hospitais, etc., pois caso se recuse a fazê-lo será imediatamente rebaixado do estatuto de cidadão honrado ao de inimigo público.

O prof. Duguin opõe o individualismo americano ao “holismo” russo-chinês. Diz que no primeiro as pessoas só agem segundo suas preferências individuais, enquanto no segundo elas se integram em objetivos maiores propostos pelo governo. Mas, com toda a evidência, os governos da Rússia e da China têm-lhes proposto antes matar os seus semelhantes do que socorrê-los: nenhuma obra caritativa, na Rússia e na China, jamais teve as dimensões, o custo, o poder e a importância social do Gulag, do Laogai e das polícias secretas, organizações tentaculares incumbidas de controlar todos os setores da vida social mediante a opressão e o terror.

¹⁰ V. The Center on Philanthropy, Indiana University, *Giving USA 2010. The Annual Report on Philanthropy for the Year 2009*, Giving USA Foundation, 2010; The Center for Global Prosperity, Hudson Institute, *The Index of Global Philanthropy and Remittances*, Hudson Institute, 2010; Charities Aid Foundation, *International Comparisons of Charitable Giving*, 2006; Virginia A. Hodgkinson et al., *Giving and Volunteering in the United States. Findings from a National Survey Conducted by The Gallup Organization*, Washington D. C., Independent Sector, 1999; Lori Carangelo, *The Ultimate Search Book: Worldwide Adoption, Genealogy and Other Secrets*, Baltimore (MD), Clearfield, 2011.

Em segundo lugar, é verdade que os americanos não fazem o bem porque a isso são forçados pelo governo, mas porque são estimulados a fazê-lo pelos valores cristãos em que acreditam. A liberdade de consciência, em vez de descambar em pura anarquia e luta de todos contra todos, é moderada e canalizada pela unidade da cultura cristã que, malgrado todos os esforços da elite globalista para marginalizá-la e destruí-la, ainda é hegemônica nos EUA. John Adams, o segundo presidente dos EUA, já dizia que uma Constituição como a americana, assegurando liberdade civil, econômica e política para todos, só servia para um povo moral e religioso e para nenhum outro. A prova de que tinha razão é que, tão logo os princípios da moral cristã começaram a ser corroídos desde cima, pela ação do governo aliado às forças globalistas e à esquerda internacional que o prof. Duguin tanto preza como reserva moral da humanidade, o ambiente de honestidade e rigidez puritana que prevalecia no mundo americano dos negócios cedeu lugar a uma epidemia de fraudes como nunca se vira antes na história do país. O fenômeno está amplamente documentado no livro de Tamar Frankel, *Trust and Honesty: America's Business Culture at a Crossroad* (Oxford University Press, 2006).

O que digo não se baseia só em estatísticas. Vivo há seis anos neste país e aqui sou tratado com um carinho e uma compreensão que nenhum brasileiro, russo, francês, alemão ou argentino (para não falar de cubanos ou chineses) desfrutou jamais na sua própria terra. Tão logo me instalei neste matagal da Virgínia, vieram vizinhos de todos os lados, trazendo doces e presentes, oferecendo-se para levar as crianças à escola, para nos apresentar à igreja da nossa preferência, para nos mostrar os lugares interessantes da região, para nos ajudar a resolver problemas burocráticos, e assim por diante. *Good neighborhood* não é *slogan* de propaganda. É uma realidade viva. É uma instituição americana, não existe em nenhum outro lugar do mundo e não foi o governo que a criou. Vem desde os tempos da Colônia de Jamestown (1602). Embora eu e minha família sejamos católicos, o primeiro lugar que visitamos aqui foi a Igreja Metodista, a mais próxima da minha casa. Chegamos lá, e que estavam fazendo os crentes? Uma coleta de dinheiro para os meninos de rua... do Brasil! Coleta acompanhada de discursos e exortações de partir o coração. Senti vergonha de contar àquela gente que, segundo estudos oficiais, a maior parte dos “meninos de rua” brasileiros têm casa, pai e mãe, e só estão na rua porque gostam. A compaixão americana ignora a mentira e a safadeza de muitos de seus beneficiários estrangeiros: nasce da crença ingênua de que todos os filhos de Deus são, ao menos no fundo, fiéis ao Pai.

Os americanos são tímidos e têm sempre a impressão de que estão incomodando. Logo após a recepção inicial, preferem manter distância, não se meter na sua vida. Só chegam perto se você os convida. “I don’t want to impose” é uma frase quase obrigatória quando visitam alguém. Mas tenha algum problema, sofra alguma dificuldade, e eles virão correndo para ajudá-lo, com a solicitude de velhos amigos. E isso não é só com os recém-chegados. Às vezes os próprios americanos, acostumados a ouvir falar mal do seu povo, se surpreendem ao descobrir a inesgotável reserva de bondade nos corações de seus compatriotas. Leiam este depoimento de Bruce Whitsitt, um campeão de artes marciais que de vez em quando escreve para o *American Thinker*:

“Both before and after Dad died, good Samaritans came out of nowhere to offer aid and comfort. I discovered that my parents were surrounded by neighbors who had known them and cared about them for many years...”

After it was all over, I was struck by the unbelievable kindness of everyone who helped.

At the end of the day, this tragedy reopened my eyes to the deep-running goodness of Americans. So many people in this country are decent and good simply because they have grown up in the United States of America, a society that encourages charity and neighborliness. Decency is not an accident; in countries such as the old Soviet Union, indifference was rampant and kindness rare because virtue was crushed at every turn. America, on the other hand, has cultivated freedom and virtuous behavior, which allows goodness to flourish. Even in Los Angeles -- that city of fallen angels, the last place on earth where I would have expected it -- I experienced compassionate goodness firsthand.

Goodness is not something that a beneficent government can bestow; it flows from the hearts of free citizens reared in a tradition of morality, independence, and resourcefulness.”¹¹

A nação americana foi fundada na idéia de que o princípio unificador da sociedade não é o governo, a burocracia estatal armada, mas a própria sociedade, na sua cultura, na sua religião, nas suas tradições e nos seus valores morais. O prof. Duguin, que não parece conceber outro modelo de controle social senão a teocracia imperial russa, onde a polícia e a Igreja (mais tarde o Partido) agem de mãos dadas para acorrentar o povo, só pode mesmo imaginar os EUA como uma *selva selvaggia* de egoísmos em conflito, provando que nada sabe da vida americana.

Não há talvez outro país no mundo onde o senso de comunidade solidária seja tão forte quanto nos EUA. Quem quer que tenha vivido aqui por algum tempo sabe disso, e no mínimo se surpreende ante a presunção de que a China ou a Rússia sejam, sob esse aspecto, modelos que os americanos devessem copiar.

Também é certo que esse senso comunitário só pode florescer num ambiente de liberdade, onde o governo não imponha à sociedade nenhum modelo “holístico” de bondade oficial. A maior prova disso é o conflito aberto que hoje existe entre aquilo que Marvin Olasky, num livro clássico, chama de “compaixão antiga” e a caridade estatal que há quatro décadas vem tentando tomar o seu lugar. Onde quer que esta última tenha prevalecido, aumenta a criminalidade, as famílias se dissolvem e o individualismo egoísta sufoca o espírito de bondade inerente ao individualismo libertário tradicional.¹² Não foi só em livros como o de Olasky que aprendi isso. Vejo-o todos os dias com os meus próprios olhos. Na Virgínia, onde a população de negros é tão grande proporcionalmente quanto no Brasil, a diferença de conduta entre os negros velhos e os jovens dá na vista de cada visitante. Aqueles são as pessoas mais gentis do mundo, têm uma espécie de elegância natural que é o equilíbrio exato entre a humildade e a altivez. Os jovens são irritadiços, arrogantes, prontos a exibir uma superioridade que não existe, a sentir-se ofendidos por qualquer bobagem e a chamar os brancos para briga sem o menor motivo. De onde vem a diferença? Os velhos foram criados no ambiente da compaixão antiga, os jovens no do assistencialismo estatal que os envenena de ressentimento “politicamente correto”.

A vida no interior dos EUA é a melhor prova de que a solidariedade comunitária tem nada a ver com coletivismo estatal e é mesmo o contrário dele. Quanto mais intervenção “holista” aparece,

¹¹ “The great goodness of America”, em
http://www.americanthinker.com/2011/01/the_great_goodness_of_america_1.html.

¹² V. Marvin Olasky, *The Tragedy of American Compassion*, Wheaton, IL, Crossway Books, 1998 (reed. 2002).

mais os laços naturais se desfazem, mais as pessoas se afastam umas das outras, mais a “sociedade de confiança” de que falava Alain Peyrefitte¹³ se deixa substituir pela sociedade da suspeita, da hostilidade mútua, do ódio e do exclusivismo grupal. É o caminho que leva, em última instância, ao Estado Policial. O prof. Duguin sabe perfeitamente disso, tanto que sua defesa do “holismo” contra o “individualismo” culmina na apologia aberta e franca do regime ditatorial como modelo para o mundo inteiro.

§ 8. Maldades comparadas

O prof. Duguin diz também que exponho suficientemente os pecados da KGB, do Partido Comunista e da Al-Qaeda, mas não menciono os crimes da América, como “a infantaria imperial, Hiroshima e Nagasaki, a ocupação do Iraque e do Afeganistão e o bombardeio da Sérvia”. Ele cobra de mim o que tenho a dizer sobre isso.

Ora, o que tenho a dizer são duas coisas:

Primeira: Faça as contas. -- Segundo o prof. R. J. Rummel, que é provavelmente o mais respeitado estudioso da matéria, o número de vítimas somadas de todas as ações violentas em que o governo americano esteve envolvido **de 1900 a 1987** é de 1.634.000 pessoas (isso inclui duas guerras mundiais, com Hiroshima e Nagasaki de quebra, mais a guerra do Vietnã e todas as intervenções militares no exterior). A URSS, num período menor, **de 1917 a 1987**, matou 61.911.000 pessoas, e a China, **de 1949 a 1987 apenas**, matou 76.702.000. É uma questão de aritmética elementar concluir que os individualistas americanos, na pior das hipóteses, são cem vezes menos assassinos do que os solidários russos e chineses. Nenhum cérebro humano em seu funcionamento normal pode julgar que os níveis de periculosidade sejam iguais de parte a parte. Na ordem das ameaças mortíferas que pesam sobre a espécie humana, a China vem em primeiro lugar, a Rússia em segundo, os EUA em centésimo. Quando a humanidade tiver se livrado de noventa e nove de seus inimigos armados, começarei a me preocupar com a tão propalada “agressividade americana”. O prof. Duguin busca atrair atenção para ela, inflando-a mediante palavras, para inverter a hierarquia das precauções razoáveis e tentar encobrir as ações dos verdadeiros genocidas, dos verdadeiros inimigos da espécie humana.

Segunda: Olhe o mapa. -- A totalidade das vítimas feitas pelos EUA constitui-se de estrangeiros, mortos em combate em solo inimigo. Na contagem das vítimas da China e da Rússia, excluí de propósito as baixas militares: são todas civis desarmados, assassinados em tempo de paz por seus próprios governos. Quando o governo dos EUA, em tempo de paz, começar a matar cidadãos americanos aos milhões, por motivo de mera discordância política, ficarei tão preocupado com isso quanto o prof. Duguin deveria estar agora com os tibetanos, assassinados a granel pelos chineses e proibidos de praticar livremente sua religião nacional.

§ 9. Geopolítica e História

¹³ Alain Peyrefitte, *La Société de Confiance. Essai sur les Origines et la Nature du Développement*, Paris, Odile Jacob, 1995.

Mais adiante, o prof. Duguin defende a Geopolítica contra a minha ostensiva demonstração de pouco-caso para com essa ciência, ou pseudociência. Com justa razão, ele cobra de mim uma explicação a respeito. Lá vai ela:

Meu problema com a geopolítica é que, fornecendo uma descrição relativamente correta do estado de coisas a cada momento, ela encobre as causas decisivas do acontecer histórico sob uma fantasmagoria de entidades geográficas revestidas de uma aparência de vida própria.

As figuras que o praticante de geopolítica projeta no mapa, com nomes de nações, Estados, Impérios, zonas de poder etc., dando a impressão de que essas entidades agem e constituem os verdadeiros personagens da História, são apenas o resultado cristalizado das ações de forças históricas muito mais profundas e duradouras. Aquelas figuras movem-se na tela como sombras chinesas, dando a impressão de que têm vida própria, mas são apenas nomes e camuflagens de agentes bem diferentes delas.

Já expliquei esse ponto nas minhas apostilas “O método nas ciências sociais” e “Quem é o sujeito da História”, e aqui não posso senão resumi-las de maneira drástica e um tanto grosseira. As perguntas básicas são: (1) Que é a ação histórica? (2) Quem é o sujeito da História?

Ação é a mudança deliberada de um estado de coisas. Toda ação subentende (a) a continuidade temporal do sujeito; (b) a unidade e continuidade das suas intenções, tais como se revelam na seqüência que vai de um plano aos seus efeitos consumados. Todas as transformações no cenário histórico resultam de ações humanas, mas essas ações se mesclam, se obstaculizam, se neutralizam e se modificam mutuamente, de modo que ninguém controla o processo. As ações mescladas não têm um sujeito agente determinado, já que resultam precisamente da impossibilidade de algum agente fazer prevalecer os seus objetivos sobre os dos demais. São transformações, mas não são propriamente ações. Só podemos falar de “ação histórica”, em sentido estrito, quando um agente determinado consegue controlar na medida do possível a situação como um todo e, seguindo uma linha identificável de continuidade, impor ao processo um rumo deliberado.

Exemplos de ação histórica são a travessia do Mar Vermelho pelos judeus, a cristianização da Europa pela Igreja Católica, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa. Em todos esses casos um determinado agente conseguiu controlar o processo, impedindo que suas ações fossem neutralizadas pela interferência de outros agentes, e chegar portanto a resultados aproximadamente idênticos aos desejados.

A História compõe-se de dois tipos de processos: controlados e não controlados. Só os primeiros são ações históricas e têm um agente determinado. Os segundos têm sujeitos múltiplos, não seguem um rumo predeterminado e ninguém pode alegar ser o autor dos resultados que produzem.

Em segundo lugar, só se pode chamar ação histórica aquela que produza resultados duradouros para além da duração da vida dos agentes individuais envolvidos. A durabilidade no tempo é a marca da ação histórica. O que quer que se desfaça no ar antes da morte do agente individual só entra na História, precisamente, como ação frustrada, dissolvida na pasta geral das ações concomitantes ou supervenientes e incapaz de impor um rumo aos acontecimentos.

Agora, a segunda pergunta: Quem pode ser agente da ação histórica? Os Estados? As nações? Os impérios? É claro que não. Essas entidades resultam da combinação de forças heterogêneas que lutam para dominá-las desde dentro. Não têm vontade própria, mas refletem, a cada momento, a vontade do grupo dominante, que pode ser substituído por outro grupo no instante seguinte. Um

Estado, uma Nação, um Império, é um agente aparente manejado por outros agentes mais duradouros, mais estáveis, capazes de dominá-lo e usá-lo para seus objetivos, que com frequência transcendem o prazo mesmo de duração das formações nacionais, estatais e imperiais das quais se serviram. Uma expressão como “História do Brasil” ou “História da Rússia” é apenas uma metonímia, que denomina como sujeito da ação a mera área geográfica onde a ação se desenrolou. É claro que, seguindo a narrativa ao longo de vários séculos, é possível captar algumas constantes, que darão uma aparência de unidade de ação ao que é apenas a recorrência de causas mistas, impessoais, que estão acima do controle de quem quer que seja. Não se trata de “ação”, mas do simples resultado impremeditado de milhares de ações e reações heterogêneas e inconexas. Por exemplo, observa-se que desde a Revolução de 1789 a França veio perdendo prestígio e poder, mas isso decerto não estava nos planos nem da monarquia, nem dos revolucionários, nem dos governos republicanos que se sucederam desde então. Esse processo, como outros similares, não é uma ação, não tem um sujeito, tem apenas objetos passivos, que o sofrem sem poder controlá-lo e no mais das vezes sem nem compreender a linha das causas e conseqüências que os arrastam como folhas levadas pelo vento.

Com toda a evidência, a ação histórica não pode ser compreendida pelos mesmos métodos que usamos para estudar um processo causal impremeditado. No caso deste, é preciso reconstituir as várias ações inconexas e averiguar como vieram a produzir um resultado que ninguém podia controlar. No caso da ação histórica, há no início do processo um projeto deliberado, na duração do seu curso uma seqüência coerente de ações, de ajustes e de reajustes que levam o processo a um fim determinado. A racionalidade da ação histórica é a de meios e fins, a dos processos incontrolados é uma conjectura interpretativa montada *a posteriori* por um historiador, muitas vezes tentando dar um sentido ao que não tem sentido algum. Neste processo, o intérprete dos acontecimentos históricos pode ser levado a atribuir unidade substancial, e portanto capacidade de ação histórica, a pseudo-agentes compósitos, sem vontade unificada, como as nações, os Estados, as classes sociais e até acidentes geográficos.

Do mesmo modo que as nações, as “classes sociais” não podem ser agentes históricos. Nenhuma delas teve e jamais terá uma unidade de propósitos apta a seguir um plano de ação coerente ao longo de duas, três, quatro gerações.

Para ser um agente histórico, o grupo ou entidade tem de:

- (a) Acalentar objetivos permanentes ou de longo prazo.
- (b) Ser capaz de prosseguir a consecução desses objetivos para além da duração de seus agentes individuais, para além da duração do estado de coisas presente e para além da duração até mesmo dos Estados, nações e impérios envolvidos.
- (c) Ser, portanto, capaz de reproduzir agentes individuais aptos a prosseguir a ação ao longo dos séculos e adaptar os planos originários às diferentes situações que se apresentam, sem perder de vista as metas iniciais.

Somente as seguintes entidades obedecem a essas condições:

- (1) As grandes religiões universais.
- (2) As organizações iniciáticas e esotéricas.
- (3) As dinastias reais e nobiliárquicas e suas similares.
- (4) Os movimentos e partidos ideológicos revolucionários.
- (5) Os agentes espirituais: Deus, anjos e demônios.

Tudo, absolutamente tudo o que acontece no cenário histórico, ou vem de uma dessas forças, ou é resultado de uma combinação descontrolada de forças. A própria formação e dissolução das nações, Estados e impérios vem disso – o que significa, em última análise, que essas entidades não são sujeitos agentes, mas resultados, e por isso mesmo também instrumentos, das ações de forças que as transcendem, abrangem e determinam, sendo essas forças constituídas ou pelos agentes históricos genuínos ou pela combinação descontrolada de ações diversas.

Já na primeira página de sua clássica *Teoria Geral do Estado*, o grande Georg Jellinek ensinava: “Os fenômenos da vida social humana dividem-se em duas classes: aqueles que são essencialmente determinados por uma vontade diretriz, e aqueles que existem ou podem existir sem uma organização devida a atos de vontade. Os primeiros estão submetidos necessariamente a um plano, a uma ordem, emanados de uma vontade consciente, em oposição aos segundos, cuja ordenação repousa em forças muito diferentes.”¹⁴

Dessa advertência devem deduzir-se algumas regras metodológicas incontornáveis:

1) Jamais confundir os dois tipos de processos, nem aplicar indistintamente a um os conceitos explicativos desenvolvidos para o outro.

2) Não esquecer que os processos incontrolados também resultam, ao menos em parte, de ações deliberadas, porém parciais, que se mesclam e se modificam umas às outras sem um controle geral.

Infringir a regra número 1 é a ocupação primordial dos intérpretes mencionados acima, sobretudo aqueles que procuram identificar, sob a massa heteróclita de acontecimentos, um “sentido da História”. Ao mais mínimo sinal de uma coerência, de uma similaridade, de uma repetição analógica nos resultados de longo prazo das ações incontroladas, esses metafísicos do pseudo-ser estão prontos a aí descobrir premeditações inconscientes, intenções coletivas e, enfim, a atribuir a unidade de ação dos verdadeiros sujeitos a fantasmas coletivos, a abstrações e entes de razão.

§ 10. O verdadeiro agente histórico por trás do eurasismo

Um exemplo de força histórica que transcende infinitamente as fronteiras e a duração de Estados e Impérios é a Igreja Ortodoxa, da qual o prof. Dugin se diz um crente. Foi ela que deu unidade e conteúdo cultural ao império de Kiev. Sobreviveu a ele quando o centro de poder moscovita instaurou um novo império. Sobreviveu à queda desse império e às seis décadas de terror que se seguiram, e saiu incólume ao ponto de poder inspirar ao prof. Dugin um novo projeto imperial russo. As sucessivas formações nacionais e estatais que apareceram e desapareceram do mapa russo ao longo dessa história são apenas sombras que o corpo gigantesco da Igreja Ortodoxa projeta sobre o mundo oriental, conservando sua unidade de propósitos enquanto as forças políticas surgem e se desfazem no ar como bolhas de sabão. Prof. Dugin: olhe para a sua Igreja, e saberá o que é um agente histórico. As unidades geopolíticas nascem da iniciativa dos agentes históricos e só parecem agir por si próprias porque os agentes genuínos, além de discretos por natureza, atuam num ritmo de fundo, mais lento do que a própria formação e dissolução das unidades geopolíticas.

¹⁴ Georg Jellinek, *Teoría General del Estado*, trad. Fernando de los Rios, México, FCE, 2004, p. 55.

A força da Igreja Ortodoxa como agente histórico penetrou fundo no cérebro do próprio prof. Dugin, moldando a sua noção “holista” do império teocrático. Ele não concebe o império senão como estrutura emanada da Igreja e unida a ela, simbolicamente, na pessoa do Tzar. Numa entrevista dada em 1998 a uma revista polonesa,¹⁵ ele qualifica de “heresia” a distinção de Igreja e Império que moldou a civilização do Ocidente. Mas, sem essa separação, a única hipótese que resta é de as fronteiras da expansão religiosa coincidirem milimetricamente com o mapa do Império. Ora, os vários impérios ou nações imperiais existentes na história sempre tiveram fronteiras bem definidas que os separavam de outros impérios e das nações independentes. Neste caso, a religião imperial torna-se apenas uma religião nacional ampliada. Que é então o Tzar? Das duas uma, ou ele é o chefe de uma mera religião nacional sem possibilidade de expandir-se para além das suas fronteiras e olhando com mortal inveja a expansão da sua concorrente ocidental, ou então, se quer que sua religião se imponha como crença universal, tem de invadir todos os países e tornar-se imperador do mundo. Tanto o projeto Nacional-Bolchevique quanto a sua versão eurásiana nascem de uma contradição interna da religião imperial russa. O projeto eurásiano é a única saída que a Igreja Ortodoxa tem se não quiser ficar confinada aos limites da nação russa, falhando à sua missão declarada de religião universal. A Igreja Católica Romana, enquanto isso, pode expandir-se confortavelmente até as últimas fronteiras do Paraguai e da China sem precisar levar nas costas um império. Foi isso, de fato, o que aconteceu, enquanto a Igreja Ortodoxa, através do prof. Dugin, ainda está buscando uma saída para o mundo e não vê outro meio de encontrá-la senão constituir-se em Império Mundial. Todo o mundo de idéias do prof. Dugin é um reflexo de um drama interno, estrutural, da Igreja Ortodoxa. Toda a conversa sobre fronteiras geopolíticas é apenas um arranjo estratégico para tentar, uma vez mais, realizar o sonho impossível desse grande e portentoso agente histórico que, ao escolher ser religião imperial, se condenou a ficar preso dentro de fronteiras nacionais ou partir para uma guerra mundial.

¹⁵ Entrevista a Grzegorz Górný, *Fronda* (Varsóvia), 11-12, 1998.